



PROFESSOR(ES): RAFAEL ANTÔNIO KAPRON / LUCIANO SCHEFFER

E-MAIL: [rafael-akapron@educar.rs.gov.br](mailto:rafael-akapron@educar.rs.gov.br) / [luciano-tscheffer@educar.rs.gov.br](mailto:luciano-tscheffer@educar.rs.gov.br)

ÁREA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DISCIPLINA: História (3 A, B, C, D, E, F, G, H, I)

ANO/SÉRIE: 3º

ATIVIDADE MÊS / Setembro / 2021

NOME DO ALUNO (A): \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

#### ATIVIDADE DE HISTÓRIA:

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1964.

O livro está organizado com Prefácio, Introdução, Colonização, Expansão, Independência, Império, República e Revolução. A seguir, os primeiros parágrafos de Independência (Subtítulo Declínio Colonial):

“O quadro que a Colônia apresenta nos três primeiros séculos, XVI, XVII e XVIII, é, aparentemente, de placidez. Sob essa placidez aparente, entretanto, fermenta tudo o que anuncia as transformações do século IV. Há, em primeiro lugar, uma tradição divisionista, que a Metrópole mantém desde o início da colonização, repartindo o território em Capitanias e tratando a cada uma como entidade à parte; alimenta com o estabelecimento do Estado do Maranhão, face ao Estado do Brasil; e reforça com as zonas ilhadas ou as zonas fechadas, de que o Distrito Diamantino foi o exemplo mais característico.

A situação de abandono em que deixa os povoadores da zona açucareira dominada pelos holandeses encontra, por outro lado, profundos reflexos na Colônia, a partir da Restauração metropolitana. A insuficiência de recursos com que acode a uma população em rebeldia vai prosseguir, no campo diplomático, com as dubiedades lusas, oriundas das contradições em que se debate o Reino desde o restabelecimento de sua autonomia. O sulco deixado pelo abandono e pela debilidade em assegurar a sua ascendência sobre a área colonial, objeto de competição entre nações, aprofunda-se com a crise do açúcar, cujas origens estão vinculadas à expulsão dos holandeses.

De dominador absoluto do mercado, o açúcar brasileiro passa à posição de competidor, desde que a área colonial antilhana, particularmente a holandesa, começa a disputar essa dominação para a que concorrera de forma essencial. A Metrópole não se encontra em condições de assegurar a distribuição de açúcar brasileiro e ainda menos de manter os seus preços. Não se encontra também em condições de reduzir as taxas que lhe impõe, cuja arrecadação é uma de suas fontes recursos, numa fase em que estes escasseiam. A atividade mineradora brasileira absorverá as suas atenções depois, em detrimento da área açucareira. Com o declínio aurífero, o problema do açúcar voltará a assumir graves aspectos. Tudo isso, ao longo do tempo, concorre para enfraquecer a submissão da Colônia à Metrópole. A associação de interesses entre a classe dominante colonial, de que os senhores de engenho representam a fração mais importante, e a classe dominante metropolitana sofre um progressivo enfraquecimento, sem qualquer perspectiva de recuperação.

Há contradições internas, ainda, e algumas chegam a motivar lutas difíceis, que desmentem concretamente a placidez antes referida. A mais antiga, que não cessou jamais e que eclodiu em episódios violentos, nas zonas em que o indígena foi objeto de escravização, foi a que separou colonos de índios, refletindo-se nos atritos que separaram colonos de missionários. Outra contradição antiga foi a que se levantou entre escravos e senhores de escravos: a história corrente tem omitido de forma sistemática os traços dessa contradição. Nos quatro séculos em que durou o trabalho escravo, entretanto, foram importantes os acontecimentos que a assinalaram. Nos três primeiros, de que nos ocupamos agora, sucederam-se os motins da escravaria, as resistências, as fugas, os atentados, as violências, particularmente caracterizados nos episódios dos quilombos. Ocultar uma contradição dessa natureza e dessa importância corresponde a desfigurar a história: só a sonegação reiterada vem afastando da atenção dos estudiosos um problema tão profundo.

Se as contradições mencionadas, em que eram parte os elementos destinados ao trabalho, de um lado, e os que exploravam o trabalho, de outro lado, constituem o fundamental nas lutas que pontilham o quadro da Colônia, outras contradições surgiram e se prolongaram, contribuindo para desmentir a placidez aparente que foi mencionada. A contradição entre os consumidores, de um lado, e os monopolizadores, de outro lado, ficou assinalada inclusive pelos sucessivos motins do sal e caracterizada na rebelião maranhense de Beckman. Se nos lembrarmos que os senhores de terras e de escravos constituíam, com os seus bandos de familiares e agregados, a fração mais poderosa entre os consumidores, a que se somava a camada social média, desde que teve espaço para destacar-se, emergindo da prolongada deterioração do trabalho escravo e de outras fontes, compreenderemos melhor os novos motivos de divórcio entre os habitantes da Colônia e a Metrópole, de vez que os monopólios eram mantidos por esta.



Tal contradição prolongou-se em outra: a que separou senhores de terras e de escravos de comerciantes e que teve episódio tão significativo na luta entre Recife e Olinda a propósito de prerrogativas urbanas, conhecida como Guerra dos Mascates. O antilusismo que permaneceu como traço psicológico de nossa gente por tanto tempo encontra, assim, as suas razões secretas. Como as encontra na contradição que aparece na zona mineradora entre os descobridores paulistas e os adventícios que chegam da Metrópole, atraídos pelo ouro, e a que se convencionou chamar Guerra dos Emboabas. Naquela zona encontra, aliás, motivos também concretos a contradição entre contribuintes coloniais e o fisco metropolitano, de que a Inconfidência Mineira é uma claríssima expressão quer nos anseios de libertação dos espoliados quer na repressão brutal da justiça metropolitana.

As alterações que o poder público atravessa, na Colônia, denunciam a presença e o aprofundamento da contradição entre a classe dominante colonial e a classe dominante portuguesa. Ausente, praticamente, nos primeiros tempos, evolui para a presença ostensiva, ampla e até mesmo aterrorizadora no século IV. Antes, a ausência se caracterizava pela delegação de poderes aos donatários, raiando limites majestáticos, — delegação formal aos mesmos, delegação tácita aos senhores de terras e de escravos, em zonas onde a autoridade daqueles não alcançasse; compensada pela presença na área econômica, total na esfera da circulação. Depois, desde que se inicia a atividade mineradora, a Metrópole estará presente na esfera da produção, com a tributação extorsiva e o monopólio hermético que impõe.

Desde então, não cessa de crescer o poder público na Colônia e serve de instrumento a um rigor que prenuncia a cisão entre os interesses da classe dominante colonial e os da classe dominante metropolitana. A posição já mencionada dos senhores de engenho, desde a Restauração, a repulsa dos mineradores, o isolamento dos povoadores das áreas secundárias, caracterizam aquela cisão. Ela é caracterizada, de outro lado, e aqui surge o problema da presença do poder público, pela política metropolitana das interdições. Tal política volta-se contra a atividade dos ourives. Visa as sociedades secretas. Culmina com o ucasse que veda a existência de manufaturas. A presença total e aterrorizadora do poder público é o sinal mais evidente da cisão de interesses: a classe dominante colonial já não tinha condições para ser mandatária da classe dominante metropolitana. A montagem de um aparelho administrativo amplo, poderoso e pesado, cuja rotina foi uma carga para a população, correspondia, agora, isto é, no século III, a uma necessidade. Para montá-lo, a Metrópole deveria enveredar pelo caminho das discriminações. Os nascidos na terra não tinham os mesmos direitos que os nascidos na Metrópole: José Joaquim da Silva Xavier era alferes; Joaquim Silvério dos Reis era coronel, nas Milícias. Esse aparelho administrativo amplia-se sempre, particularmente nos setores militar, tributário e judiciário. A repressão era fulminante: na sentença de Tiradentes, como na dos inconfidentes baianos condenados à pena máxima, não fica omitida a observação de que o réu era destinado à morte “para sempre” (p. 161-164).

#### **ATIVIDADE SETEMBRO:**

**01** – No trecho reproduzido acima, sobre a História do Brasil, Sodré menciona o “século IV”. É correto (Sim ou Não) afirmar que este século corresponde aos anos 1900 (século XX) ? Qual o porquê da resposta ?

**02** – No segundo parágrafo o autor faz menção a “objeto de competição entre nações”. Como pode ser compreendida esta expressão ?

**03** – No terceiro parágrafo consta a seguinte expressão: “De dominador absoluto do mercado, o açúcar brasileiro passa à posição de competidor”. Como pode ser compreendida esta expressão ?

**04** – Como pode ser explicada a seguinte expressão: “a contradição entre contribuintes coloniais e o fisco metropolitano” ?

**05** – Quais são as mercadorias/produtos que são mencionadas ao longo do texto ?

(Estudo com consultas em outras fontes: Livro ou Periódico: indicar autoria, título, editora, ano de publicação, páginas; Internet: identificar nome e endereço do portal/sítio, título e autoria dos textos, mapas ou outros referenciais, registrar data de pesquisa. Ter capacidade de explicar esses procedimentos). Usar o aplicativo/plataforma (Google sala de aula/Classroom): envio de respostas/devolução.